

PARTICIPAÇÃO, COTIDIANO E IDENTIDADE NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE*

ANA ELISA SPARANO FONTOURA

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

aelis@cpovo.net

RESUMO

Este artigo destaca algumas das conclusões do estudo realizado em três vilas irregulares de um bairro periférico de Porto Alegre – a Lomba do Pinheiro. Considerando o contexto de renovação e adequação da ordem jurídica referente à política urbana e a adoção, por parte da Prefeitura Municipal, de mecanismos de gestão democrática, analisamos dinâmicas sócio-espaciais direcionadas a participação na associação de moradores e no orçamento participativo, na busca de infra-estrutura, equipamentos urbanos e recursos para a regularização fundiária. Pressupondo a existência de distintos níveis de participação e a idéia de que a participação se aprende e se pratica e de que ela depende das relações estabelecidas no cotidiano de cada vila. É no cotidiano que os aspectos ligados às vivências, aos julgamentos e aos sentimentos se destacam. São eles que alimentam a construção de identidades e a motivação em fazer parte de ações coletivas.

PALAVRAS-CHAVES: Participação. Cotidiano. Identidade. Lugar.

PARTICIPATION, EVERYDAY LIFE AND IDENTITY IN A PERIPHERAL AREA OF PORTO ALEGRE

* O presente artigo é resultado da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: estudo de caso comparativo no bairro Lomba do Pinheiro”, em 2005, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, a quem agradeço a disposição de dialogar, bem como as contribuições para a elaboração deste artigo.

ABSTRACT

This paper discusses some of the conclusions of a survey carried out in three slum areas of Lomba do Pinheiro, a peripheral district of Porto Alegre. Considering the municipal government's drive towards political renewal and for an increased adequacy of the juridical order, as well as the concurrent adoption of a democratic management system, the paper analyzes the social and spatial dynamics of participation in the residents' association and in the city's participative budget; important here are issues that deal with land tenure and with the provision of infrastructure and urban equipment. The analysis indicates that residents not only show different levels of participation but that participation is something learnt and practiced, being also dependent on the relationships established by the everyday life of each settlement. The experiences of the residents and the decisions they make in everyday life account for the construction of identities and for the motivation to take part in collective actions.

KEY WORDS: Participation. Everyday *life*. Identity. Place.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano no sistema capitalista pode ser abordado através da idéia de pares contrapostos: obra e produto, valor de uso e valor de troca, apropriação e propriedade, fragmento e coesão, sobrevivência e lucro, imediato e planejado, alienação e consciência, cooperação e conflito. São contraposições que guardam a relação de superação, que comportam e expressam, de um lado, o espaço transformado em mercadoria, a propriedade privada, a valorização e a troca, e de outro o espaço da reprodução da vida, da apropriação e do uso, onde se combinam, em diferentes escalas, aspectos ligados à identidade, ao cotidiano, aos valores dominantes, à condição socioeconômica, às experiências e às novas razões práticas. O resultado é um campo ocupado por variadas situações, intermediadas pelo Estado, e que afetam as condições de acesso e, sem dúvida, o exercício da cidadania.

A configuração dada pelas relações capitalistas na cidade se manifesta por meio da visível desigualdade socioeconômica e da segregação espacial. A transição do modelo desenvolvimentista para o modelo de produtividade atrelado à globalização aprofunda tal situação, já que este é marcado pela precarização da estrutura sociocupacional, agravada por uma “cultura do medo” que, no

dizer de Ribeiro (2004), gera um comportamento de “dessolidarização” com os destinos da cidade.

Consideramos que a cidade se encontra permeada por pensamentos e ações que vão além das lutas que opõem capital e trabalho, por exemplo, no caso das disputas pessoais dentro das Associações de Moradores (AMs), e que acabam por dificultar a organização dos indivíduos em torno de ações de cunho estrutural. Assim como a condição de ser ou não proprietário, independente da classe social, transita e também a influencia na produção da paisagem* urbana. Buscamos uma aproximação com aquilo que dá forma à cidade, o teor das formas-conteúdo: as práticas socioespaciais relacionadas à participação e à territorialização.

Voltando um pouco no tempo, é importante destacar que a retomada da democracia no país traz novamente ao debate o tema da cidade e da cidadania que, desde o movimento pela Reforma Urbana, nos anos 1960, contestava a organização do espaço urbano por meio da lógica capitalista. Os artigos da Constituição Federal de 1988, relativos à política urbana, apontam para um desenvolvimento urbano que se assente na função social da propriedade urbana, com vistas a garantir o bem-estar dos habitantes da cidade e o combate à especulação imobiliária. Sem dúvida, um processo a ser construído de acordo com a realidade de cada município e que coloca na ordem do dia a questão do “direito à cidade”**.

Porto Alegre é uma metrópole regional que tem se destacado tanto nacional como internacionalmente, em especial, pelo pioneirismo na aplicação bem sucedida de mecanismos de gestão administrativa considerados extre-

* No sentido que Berque (1998, p. 84-85) utiliza: “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura” (grifo do autor).

** Os estudos sobre a cidade e o urbano realizados por David Harvey e Henri Lefebvre são referenciais muito importantes para o pensamento geográfico. Suas considerações mostram os efeitos do capitalismo na cidade e refletem a complexidade envolvida ao empreender tais análises. Lefebvre, em “O direito à cidade” (2001), retoma a idéia da “cidade obra”, propondo a reaproximação do trabalhador da totalidade perdida com as sucessivas divisões do trabalho, que vão ocorrendo ao longo das fases do capitalismo e em que a cidade vai sendo convertida em produto; é um direito que não se restringe à habitação e aos equipamentos, mas à vida urbana. Para Harvey (1980, p. 40), é urgente que seja reconhecida a necessidade de “uma função social de bem-estar, compreensiva e globalmente aceita, em relação à qual as decisões e resultados políticos possam ser julgados”.

mamente importantes ao exercício da democracia direta*. Embora a cidade não seja a única no país a introduzir tais mecanismos, talvez não haja outra que tenha em sua identidade uma relação tão intensa com o Orçamento Participativo (OP).

O OP é um espaço público privilegiado para o debate e a deliberação sobre a aplicação de recursos na cidade, sendo que a organização para que a participação aconteça ocorre, na maioria das vezes, por meio das AMs.

Cada vila espelha uma realidade que se vincula ao processo participativo de acordo com a interpretação dada a ele, em especial pelas lideranças, já que são elas que divulgam as reuniões e organizam os moradores. A própria descrença no processo também está próxima do campo de ação daqueles que tomam a frente nas Associações, bem como o acompanhamento dos processos de regularização fundiária e o repasse das informações aos moradores.

A existência, em Porto Alegre, de espaços públicos para a participação direta, como o OP, é uma tradição de organização dos moradores das vilas por meio das AMs, como a que ocorre no bairro Lomba do Pinheiro; nem sempre, garantem uma mobilização constante em torno da democracia participativa e sua incorporação às práticas socioespaciais dos moradores. As dificuldades advêm de diferentes origens e estão enraizadas nas especificidades da formação de cada um desses lugares.

As aprendizagens realizadas, a memória das ações que construíram aquele lugar e, conseqüentemente, o envolvimento afetivo e o vínculo territorial desenvolvidos, além do desejo da casa própria são, a nosso ver, as matérias-primas para o entendimento das práticas socioespaciais no contexto urbano de um bairro periférico.

* Segundo Souza (2003, p. 169-170), “[n]a democracia direta, muito bem exemplificada pela *pólis* grega clássica, especialmente por Atenas, os indivíduos participavam diretamente dos processos decisórios, reunidos em assembléia na praça do mercado (ágora); havia, sim, funções específicas, administrativas ou de outra natureza, desempenhadas por indivíduos eleitos (caso dos comandantes militares), mas a maior parte dos cargos era sorteada entre os cidadãos, de modo a evitar cristalizações de poder e a perpetuação de indivíduos em determinadas posições.[...] Modernamente, algumas tentativas de se introduzirem, pelo menos, elementos da democracia direta no contexto da democracia representativa vêm ocorrendo; como se estará diante de coletividades muitíssimo maiores que uma *pólis* grega da Antigüidade, a participação direta da população acaba tendo de se dar com a ajuda de artifícios como a *delegação* e a *descentralização político-territorial* (grifos do autor).

O texto que segue apresenta um recorte do diálogo desenvolvido entre a teoria e o estudo realizado em três vilas* do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre (Figura 1).

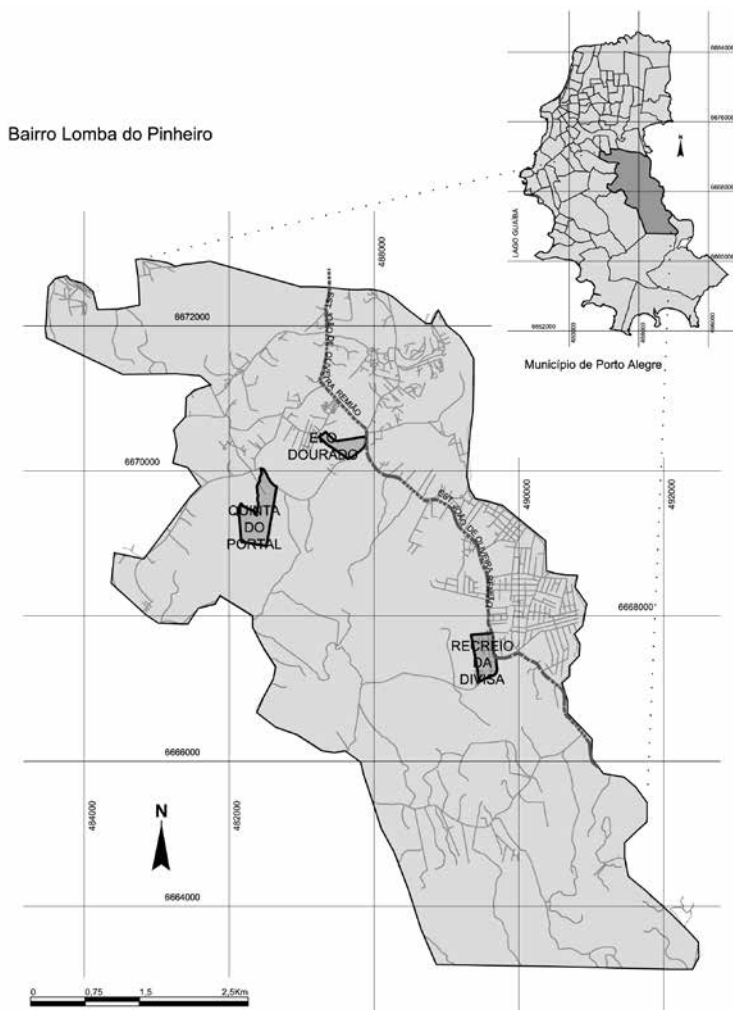


Figura 1. Vilas pesquisadas no bairro Lomba do pinheiro
Fonte: Porto Alegre, 2003a

* Na seleção das vilas a serem pesquisadas, buscamos situações diferenciadas quanto: às origens, aos instrumentos de mediação e regularização fundiária a serem aplicados e aos graus de mobilização dos moradores tanto nas Associações de Moradores (AMs), quanto no Orçamento Participativo (OP).

COTIDIANO: O “LUGAR” ONDE SE SITUA ESTA DISCUSSÃO

Para Santos (1997, p. 227), a organização do espaço urbano envolve as engrenagens da constante dinâmica de sua transformação em mercadoria, verticalidades que representam “os vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. São seletivamente direcionadas a determinadas parcelas e diferentemente recebidas, resultando daí desigualdades espaciais.

As desigualdades espaciais são resultantes tanto da seletividade dos vetores das verticalidades como das reações das especificidades do lugar, sendo as trocas e as horizontalidades fortemente atuantes nesse fragmento. Na perspectiva de Santos (1997, p. 227), a dialética das horizontalidades é:

Tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

O pensamento de Santos nos remete à dimensão das práticas cotidianas, ao plano da comunicação, das relações de vizinhança, da memória e da construção das identidades. O cotidiano, conforme os valores dominantes, mas não de todo alienado, é o lugar da cegueira e da descoberta. Daí lembrarmos que:

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência (MARX, 2002, p. 20).

Nosso intuito, através das citações de Santos (1997) e de Marx (2002), é aproximar e enfatizar os conceitos de lugar e de consciência. Eles embasam o estudo que propomos sobre as vilas periféricas e a mobilização dos moradores em torno da participação, uma vez que as consideramos como lugares, com características que lhes são próprias e onde cada indivíduo, ao longo de sua vida, vai construindo sua consciência.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 258).

São várias as possibilidades de leitura da produção do espaço urbano. Carlos (2004) propõe uma análise que combina o espaço como condição/produção da acumulação e o espaço da reprodução da vida.

A compreensão da cidade pensada na perspectiva da Geografia coloca-nos diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material; esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma (CARLOS, 2004, p. 13).

A autora aponta uma série de perspectivas para o estudo da problemática urbana e estrutura seu pensamento na possibilidade de aproximação e articulação entre o plano teórico e a prática socioespacial.

Um caminho possível pode se abrir para a construção da problemática urbana, aquela que não seja reduzida à cidade, mas se refira à vida do homem apoiada numa concepção de mundo, envolta num projeto que poderia romper com o racionalismo e articular o plano teórico com aquela prática sócio-espacial, que poderia resgatar em sua amplitude a vida do homem (CARLOS, 2003, p. 15).

Ao nos determos nas relações sociais que dão forma à cidade, pensamos também no conceito de forma-conteúdo proposto por Santos (1997), os híbridos de materialidade e relações sociais, e nos eventos cujo lugar é o depositário final onde se desenrola a vida cotidiana.

O conteúdo de uma teoria da prática socioespacial é a própria vida do homem e esta vida se desenrola em um cotidiano. A vida cotidiana, segundo Heller (2000), é um espelho da história, é um fermento secreto da história; nela, a atividade com a qual formamos o mundo e aquela com a qual formamos a nós mesmos coincidem. Ela envolve alienação, mas também momentos em que se criam condições para a condução da vida.

Lemos (2001), ao afirmar a existência de diferenciações entre as experiências cotidianas na cidade, aponta para a singularidade das situações que podem ser encontradas nos bairros.

A percepção da cidade se constrói a partir de uma visão subjetiva que se conforma ou se rebela no contato com a cidade objetiva, construída pela sociedade com suas bases econômicas e políticas. A experiência cotidiana se diferencia pelas expectativas pessoais arraigadas em valores culturais, em tradições e costumes, que se diferenciam em estilos de vida, níveis de renda e tipos de trabalho que conformam bairros da cidade. Esses bairros são formados pelos lugares construídos com as realidades de vidas cotidianas diferentes, com culturas diferentes, com experiências ambientais diferenciadas. A condição de classe da sociedade transforma a cidade em lugares com dimensões ambientais singularizadas (LEMOS, 2001, p. 440).

A periferia, de modo geral, é enfocada de maneira homogeneizante no sentido das carências, o que empobrece a análise e dificulta o entendimento do jogo de forças que cria e dá vida àquele lugar. Ao estudar cada vila, ocorre uma aproximação das relações de produção do espaço periférico; são espaços de reprodução da vida, espaços populares que vão se diferenciando de acordo com as relações estabelecidas com o *outro* e criando uma série de obstáculos e de estímulos na busca por melhorias em termos de equipamentos urbanos, infra-estrutura e regularização fundiária próprias daquele grupo, não sendo explicadas da mesma maneira para todos os grupos, que podem apresentar as mesmas carências, mas que se organizam diferentemente.

O BAIRRO E AS VILAS

O bairro Lomba do Pinheiro é considerado periférico por reunir características socioeconômicas, infra-estruturais e de situação fundiária que o relacionam à condição da precariedade periférica. Na lógica dada pelo capital e implementada pelo planejamento estatal foi assim se constituindo. Em 1965, por exemplo, o poder público municipal levou para o bairro os flagelados das enchentes; a vila (Figura 1) foi planejada e construída para esse fim. Os moradores de áreas que iriam ser alvo de obras públicas também foram removidos para lá, como é o caso da Vila Nova São Carlos, em 1982. O bairro se destina à moradia de trabalhadores de baixa renda vindos, em sua maioria, do interior do estado em busca de melhores condições de vida na capital, encontrando lá terra a ser ocupada ou negociada.

Tabela 1.

Aumento populacional em Porto Alegre e no bairro Lomba do Pinheiro.

	1980	1991	2000
Porto Alegre	1.125.477 hab.	1.263.403 hab.	1.360.590 hab.
Lomba do Pinheiro	12.084 hab.	26.488 hab.	54.912 hab.

Fonte: IBGE: Censos demográficos 1980, 1991 e 2000.

As primeiras levas de migrantes encontravam terra mais acessível nas chácaras que iam sendo loteadas de maneira irregular ou clandestina e nas áreas de mato nativo e arroios de água limpa que iam sendo ocupadas; uma paisagem que, de alguma maneira, lembrava sua origem rural, mas com uma rotina de vida e trabalho da cidade, muito diversa daquela que deixaram para trás. O

contínuo aumento populacional do bairro também é alimentado pela mudança de moradores da dita cidade formal para a cidade informal.

A análise realizada pela unidade de pesquisas do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB, interpretando o aumento da irregularidade fundiária, aventa que:

[...] as migrações rural-urbano tendencialmente desempenham papel cada vez menor na explicação do aumento de núcleos e vilas irregulares. Uma das principais causas do aumento da irregularidade fundiária quanto a núcleos e vilas é a auto-reprodução da miséria, da favelização. Outra é a tendência histórica de aumento da já brutal concentração da riqueza no país interrelacionada com desemprego estrutural elevado e redução dos salários reais. Este segundo grupo implica no deslocamento de parcela da população que até então habitava a cidade regular, formal, para a cidade informal, irregular, através do recurso da ocupação (invasão) de áreas públicas e privadas (MORAES e ANTON, 2000, p. 32).

Atualmente observamos duas prováveis dinâmicas: de um lado, a continuidade do aumento populacional, já que o bairro ainda dispõe de amplos espaços não-edificados e, de outro, a instável condição de permanência, uma vez que a situação dos antigos moradores ainda está dependendo de acertos com os proprietários das terras, há pendências judiciais ou aguarda-se a concretização do planejamento municipal. As vilas pesquisadas ilustram essa condição. É delas que iremos tratar, especificamente, a partir deste ponto do texto.

A Vila Recreio da Divisa surgiu de uma ocupação em 1989. As terras eram de propriedade da construtora Guerino, que mantinha o terreno vazio e já tinha aberto falência. Os moradores tentaram em duas ocasiões montar uma cooperativa habitacional. Entretanto, em 1999, quando estava estruturada a segunda cooperativa habitacional, a Vale das Pedras, as terras foram negociadas entre a Prefeitura e o proprietário.

Em maio de 2002, a Vila Recreio da Divisa foi declarada Área Especial de Interesse Social, categoria AEIS I, e a Rua da Comunidade foi cadastrada pelo município. A vila foi escolhida para o detalhamento de uma experiência habitacional por parte do poder público municipal, considerando fatores como: a avaliação das condições físicas, a definição de tipologias alternativas para as casas, a pavimentação e a infra-estrutura, bem como uma estimativa de custos. Todavia, até hoje nada foi executado.

Os moradores participaram das inúmeras reuniões propostas, principalmente pela Secretaria de Planejamento Municipal e pelo DEMHAB. Os pro-

jetos foram apresentados através de maquete e plantas, que entusiasmaram e encheram de esperança aqueles que acreditavam ser possível, em um curto espaço de tempo, ver as transformações acontecerem. Para a regularização da vila, 120 famílias que estão em área de risco terão de ser reassentadas. No total, são aproximadamente 550 casas.

Hoje, o que é comentado demonstra um certo desalento, passando a impressão de descrédito em relação aos representantes das Secretarias devido à maneira como vêm sendo administrados os prazos para o início das obras a serem implementadas, principalmente em períodos eleitorais.

Ao chegar à Vila Recreio da Divisa, é possível perceber alguns contrastes nas condições de moradia relativas à estratificação socioeconômica dos moradores e observadas tomando como base sua distribuição espacial: aqueles que moram no divisor de águas, na Estrada João de Oliveira Remião, principal via pavimentada do bairro, usufruem, por exemplo, da proximidade da parada do ônibus, de iluminação pública, de pavimentação e de rede de esgoto, e aí têm o seu negócio – barbearia, minimercado, açougue, salão de beleza, creche. Eles representam o segmento com mais tempo de estudo, com melhor rendimento e são os mais articulados no reconhecimento das instâncias dos processos necessários para que as melhorias sejam implementadas na vila. Foram representantes desse grupo que formaram a chapa vencedora que assumiu, em janeiro de 2004, a Associação de Moradores, em cuja sede também funciona uma creche conveniada à Prefeitura Municipal. Por outro lado, há famílias que moram em áreas de acentuada declividade, becos pedregosos que findam em precipícios, onde ainda nos deparamos com habitações, e também às margens do arroio do Salso. Aí, situação vai se precarizando como, por exemplo, quanto ao material utilizado na construção das habitações, o que pode estar relacionado não só às piores condições socioeconômicas, mas também ao fato de os moradores terem conhecimento da sua provável remoção, prevista no plano de urbanização da Prefeitura para o local.

Aqueles que não moram na Rua da Comunidade e nem na Estrada João de Oliveira Remião convivem com postes tortos, alguns prestes a cair, e um perigoso emaranhado de fios, com esgoto a céu aberto*, com os arruamentos

* Uma moradora me mostrou que tentou plantar verduras no pátio, mas o esgoto do vizinho contamina a horta.

que não permitem, por exemplo, a entrada de uma ambulância, viatura do corpo de bombeiros ou da polícia*. Falta espaço para as crianças brincarem: elas ficam nas “ruas” jogando pião, que comumente cai nas valas de esgoto. Infestações de pulgas, carrapatos e ratos são comuns e atingem, inclusive, a creche comunitária.

Como não há coleta de lixo no interior da vila, o lixo ou é queimado, ou é deixado no meio do trajeto até as lixeiras coletivas nas esquinas com a Estrada João de Oliveira Remião. Todavia, quando lá é depositado, nem sempre chega no horário adequado à coleta, nem apresenta o mínimo de higiene, já que os sacos são esvaziados diretamente na lixeira, deixando os resíduos sem nenhum tipo de proteção. Nessas lixeiras, também são deixados animais mortos.

Há um claro isolamento das pessoas em suas casas, cuidando de seus afazeres, envolvidos em rotinas de trabalho pesado e buscando ignorar, entre tantos problemas, também o negócio e o uso de drogas muito próximo de suas casas.

A Vila Recreio da Divisa apresenta os piores índices de renda e escolaridade, o que se reflete, em parte, nos tipos de ocupações registradas, dentre as quais figuram justamente aquelas que não exigem escolaridade e oferecem baixa remuneração. Encontramos também o maior número de desempregados e foram freqüentes os pedidos de informação sobre cadastramento em programas assistenciais.

Os problemas mais mencionados e observados foram: inexistência de rede de esgoto; energia elétrica/fios (deficiente, com constante queda de energia e queima de aparelhos elétricos); rua (arruamento variando de largura e presença de blocos de rochas de diferentes tamanhos); lixo (não há coleta no interior da vila e o lixo vai ficando no caminho ou é depositado em dias em que não há a coleta ou em sacolas abertas nas lixeiras coletivas, inclusive com o descarte de animais mortos, intensificando a presença de ratos e baratas); drogas (comentários sobre jovens que usam drogas perto das residências; foi apontado, também, um aliciador de crianças); e grande número de cachorros (animais sem dono e doentes), revelando um ambiente de risco para a saúde e de solução demorada.

* Segundo os moradores, só aparece quando há alguém morto.

A Vila Elo Dourado teve sua origem no início da década de 1980, a partir do aluguel de terrenos pela família Remião*, mas a maneira como foram locados os lotes, deixando no interior uma área de mata, logo despertou o interesse dos moradores dos arredores e fez com que, de terrenos alugados, o loteamento se transformasse em área de ocupação.

Os moradores formaram uma Cooperativa Habitacional a fim de adquirir os lotes e implementar a infra-estrutura básica participando do OP. Também aqueles que eram locatários se envolveram na organização da Cooperativa e na negociação das terras, pois tinham o desejo de lá permanecer e, juntamente com os outros, formaram o grupo que propôs a compra das terras.

No início, o pagamento do que havia sido estipulado foi feito, mas, com o passar do tempo, a Cooperativa teve que administrar uma situação que também envolvia o boato de haver chance de se requerer o usucapião das terras do loteamento. Esse foi um dos motivos que levou à desmobilização de parte do grupo que compunha a Cooperativa Habitacional e um esvaziamento dos recursos necessários para o cumprimento do que havia sido estipulado.

A inadimplência de mais de 50% cria sérios problemas à Cooperativa Habitacional, situação que já obrigou a uma renegociação do valor das terras, o que gerou uma perda de, aproximadamente, cento e vinte mil reais**.

As escrituras serão entregues somente quando toda a terra estiver paga, o que significa que aqueles que já quitaram sua dívida receberam apenas os recibos de pagamento das prestações. Tal situação leva a divisões no grupo de moradores, uma vez que os inadimplentes são mal vistos por aqueles que mantêm em dia o pagamento. Por sua vez, os inadimplentes se defendem, alegando falta de condições para arcar com o valor da prestação***, também manifestan-

* Tradicional proprietária de terras no bairro, desde os tempos das chácaras, em que se plantava mandioca, milho, batata-doce e feijão e se produzia leite para o abastecimento dos bairros da cidade. A família estabeleceu-se também no ramo comercial com o Armazém Vencedor, na parada 6. O nome da avenida principal – João de Oliveira Remião – e da única escola de ensino médio existente no bairro – E. E. Rafaela Remião – que foi erguida em terras por eles doadas, assim como as da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, nos dão uma idéia da expressão que teve essa família na história da Lomba do Pinheiro.

** Enquanto realizávamos o trabalho de campo, houve uma reunião em que a Cooperativa comunicou aos moradores a entrega da negociação dos lotes diretamente com o representante do proprietário.

*** A prestação gira em torno de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais).

do desconfiança quanto à atuação das pessoas que trabalham na Cooperativa Habitacional. Temos ainda a situação de comercialização de lotes, que não é intermediada pela cooperativa, gerando, assim, um novo grupo no contexto do loteamento. Há também os moradores que entraram com a ação de usucapião, o que, pela situação da área, não se mostra viável de ser aplicado, já que anteriormente foi solicitada a reintegração de posse pelo proprietário. Hoje, são aproximadamente 300 casas. Em março de 2003, o loteamento passou a Área Especial de Interesse Social II.

A cor dos tijolos e da madeira das casas pré-fabricadas marca o ingresso na Vila Elo Dourado. A casa que abriga a Cooperativa Habitacional está situada no centro do traçado das ruas e becos; junto a ela há uma quadra de areia e uma pracinha, únicos locais de lazer existentes na vila, mas de uso restrito aos pagantes.

Não há calçadas nem pavimentação, nenhum ônibus tem seu percurso através da vila, por isso a opção dos moradores é subir a ladeira que leva até a JOR ou descer para a vila vizinha, dependendo da distância de onde moram ou se estão indo ou vindo do Centro da cidade.

A coleta de lixo é feita três vezes por semana em todas as ruas e nas pequenas lixeiras coletivas suspensas, ao longo da rua Ayrton Senna (a principal da vila). Há diferenciações nas condições de moradia, que estão relacionadas à renda e/ou à situação com a Cooperativa Habitacional.

O esgoto cloacal está para ser implantado e, enquanto as obras não são iniciadas, cada morador faz a manutenção das valas em frente a sua casa. Após períodos de chuva, algumas ruas são patroladas. A rede de água foi implantada, mas gerou protestos devido ao custo da instalação. A rede elétrica também é regularizada e há iluminação pública em toda a vila.

A Vila Elo Dourado apresenta os melhores índices de renda e escolaridade e as ocupações mais qualificadas a diferenciam das outras duas vilas; o número de desempregados é o menor e o de pessoas empregadas por domicílio é o maior entre as vilas. Dentre os problemas mencionados, os de maior gravidade são o do esgoto cloacal (cuja obra está aprovada) e o das casas às margens do arroio.

A Vila Quinta do Portal surgiu, em fins dos anos 1980, com a venda de terrenos por uma imobiliária que se dizia representante do proprietário das terras; formou-se, então, um loteamento clandestino em terras consideradas de preservação ambiental.

Os instrumentos de mediação e regularização aplicados na situação de um loteamento clandestino em área de preservação ambiental foram, por parte do Ministério Público, um inquérito civil com vistas a colher elementos para a ação civil pública e também para obter compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta, impondo obrigações aos infratores e sanções pelo seu descumprimento. A Procuradoria Geral do Município buscou a reparação dos compradores, logrados pelo agente imobiliário.

As determinações oscilaram entre a retirada de moradores, o controle de ocupação mais intensa e o plantio de árvores para minimizar o impacto do desmatamento realizado, o que gerou um variado grau de envolvimento dos moradores como agentes de fiscalização ou executores das determinações legais, criando divisões no grupo.

As ondas de ocupação* que vão adensar e consolidar o loteamento, hoje em torno de 700 casas, são, em certa medida, resultado das idéias de um dos grupos de moradores que divulga a existência de lotes. Ao longo da pesquisa na Quinta Portal, certos aspectos foram mais marcantes, sendo o principal deles a menção à violência. Uma parte da vila vem sendo ocupada por grupos ligados ao tráfico de drogas, principalmente a área denominada Quinta do Portal II. Foi nesse local que também observamos uma quantidade maior de casas à venda. Relatos de assassinatos são ouvidos no ponto de ônibus, nos minimercados e, depois de um tempo de conversa, surge algum comentário, como a perda da própria casa para representantes do grupo, o que distancia cada vez mais a imagem dessa vila como um local tranqüilo, cercado de verde e de intensa vida comunitária.

Quanto à infra-estrutura básica, hoje a vila conta com rede elétrica, coleta de lixo três vezes por semana, abastecimento de água e rede de esgoto cloacal em processo de implantação. O transporte coletivo ainda é precário, contando com um ônibus alimentador a cada 40 minutos nos dias de semana e a cada hora nos finais de semana, sendo interrompido o serviço às 21h no domingo.

* Na Quinta do Portal, o grupo de moradores é formado pelos que compraram os títulos na época da Imobiliária Terra Base e por aqueles que, depois da intervenção da Prefeitura, ou compraram os títulos sem saber da situação legal, ou ocuparam os terrenos, criando uma situação de conflito com os donos dos títulos que encontram os terrenos ocupados (o adensamento também era estimulado pelo então presidente da AM) e pelos grupos ligados ao tráfico de drogas.

Não há creche, escola e nem posto de saúde que possam ser alcançados a pé, o que resulta em uma série de dificuldades para obtenção de vagas escolares e consultas médicas nos equipamentos que se situam na vila mais próxima.

A Vila Quinta do Portal assume uma posição intermediária com relação aos indicadores sociais, residindo nela o maior número de pessoas vindas do interior do estado e também provenientes de outros bairros da cidade. A falta de escola, de creche, de posto de saúde, de um ônibus direto e com mais horários criam uma série de dificuldades para os moradores do local, que também têm sofrido a ação de grupos ligados ao tráfico de drogas.

Os problemas mais mencionados pelos moradores são: a rede de esgoto, que está disponibilizada apenas para metade da vila e a outra metade da obra, já liberada pela Prefeitura, mas ainda não efetivada; falta de posto de saúde, de escola e de creche; roubo freqüente de cabos dos telefones; falta de asfaltamento na rua em que passa o ônibus, provocando muita poeira; falta de uma linha de ônibus direta para o centro; e aumento da violência.

Tais problemas se relacionam à infra-estrutura urbana e condicionam a qualidade de vida dos habitantes do bairro. Assim como os dados anteriores mostraram diferenciações entre as vilas, também os problemas que os afetam variam em quantidade e intensidade, bem como quanto aos encaminhamentos e chances de solucioná-los.

O LUGAR, A IDENTIDADE E O TERRITÓRIO

O lugar é o plano do vivido, onde as relações cotidianas se realizam e as horizontalidades* ocorrem. Conforme Ferreira (2000), lugar não é “comunidade” ou “localidade”, mas o sítio de identidades significativas à atividade imediata. As vilas pesquisadas são consideradas em nosso estudo como lugares, pois nelas ocorrem um desenrolar de ações coletivas e específicas da história de formação, que são referências na construção da identidade dos moradores a partir de suas vivências, experiências anteriores e do que é vivido lá.

A identidade se forma na relação que o grupo de moradores estabelece com o espaço que ocupa, que, ao ser apropriado, converte-se em território, uma vez

* Para Milton Santos (1997, p. 227), “[a]s horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

que são eles que controlam, em certa medida, a disposição dos objetos e lutam para exercer a territorialidade.

Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 228),

Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas.

A dinâmica espacial que vai transformando a cidade é acionada e constituída por diferentes agentes. Aqui tratamos daqueles que são denominados por Corrêa (1997) como os dos grupos sociais excluídos, movidos por sentimentos nutridos nas vivências diárias em cada vila, no peso dado aos valores dominantes e também na relação estabelecida com o poder público.

Concordamos com Ferreira (2000) que o lugar é o terreno onde são vividas as práticas sociais; é onde se situa a vida cotidiana, é o espaço praticado. As práticas socioespaciais combinam o *habitus* e as novas razões práticas e têm ligação com o campo social. Os moradores das vilas periféricas deparam-se com uma série de problemas a serem enfrentados e com canais de comunicação/pressão perante o poder público a serem abertos e consolidados.

Tomemos, primeiramente, a definição de razão prática, em sua relação com os encaminhamentos específicos dados a cada situação. Eles estão, de um lado, já incorporados ao *habitus* e, de outro, são aqueles que serão apreendidos diante de novas situações criadas, principalmente, pelas normas dadas pelos governos (municipal, estadual e federal) no tratamento da condição, por exemplo, de um morador de loteamento clandestino.

Nossas práticas podem se distribuir entre dois pólos opostos: as que nos dão o sentimento de agir de maneira totalmente livre, porque são comandadas por uma lógica que nos escapa, que é a do *habitus*, tão evidentes que não há razão para explicá-las ou justificá-las; e as conscientes e expressamente regradas, codificadas por regras gramaticais, técnicas, morais, jurídicas etc. Somente a razão e a regra podem impor. (ACCARDO, 1991 apud SILVA, 2002, p. 119).

O conceito de *habitus* embasa nossas considerações na diferenciação dos encaminhamentos e arranjos espaciais que serão materializados nas vilas, uma vez que as lideranças, no caso de nosso estudo, especialmente presidentes de

AMs e da Cooperativa Habitacional, são antigos moradores que participaram do início daquele núcleo habitacional. Essas lideranças vão colocar a sua marca nas práticas que vão conformar as vilas e isso também tem relação com os vínculos territoriais construídos e retomados na memória, em que há uma valorização de ter não apenas participado, mas também colocado uma marca sua, o seu jeito, na história daquele lugar.

Bourdieu (1989, p. 61), retomando o sentido que imprimiu à noção de *habitus*, afirma que:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação.

O conceito de campo social completa a idéia de diferenciação e riqueza de combinações de práticas socioespaciais, uma vez que, embora possa haver semelhanças nos níveis de escolaridade e de renda entre os moradores de periferia, as aprendizagens, a bagagem cultural, as experiências, a forma de conceber a atividade política, a relação com a política partidária e o entendimento dos modelos de gestão, entre tantos outros aspectos, vão conformar maneiras distintas de lidar com os conflitos, o que significa ocupar uma posição diferenciada no campo social. O campo social é expresso através da idéia de:

Um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na 1ª dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na 2ª dimensão, segundo a composição do seu capital (BOURDIEU, 1994 apud SILVA, 2002, p.118).

Além de Bourdieu, também Harvey e Lefebvre permitem uma análise sobre a prática, neste caso com ênfase espacial. As dimensões da prática espacial enfatizadas por Harvey (2001) são referências bastante importantes nas considerações quanto aos parâmetros de análise para o que foi expresso pelos moradores. Vejamos cada uma delas:

1. Acessibilidade e distanciamento referem-se ao papel da “fricção da distância” [...], a distância é tanto uma barreira como uma defesa contra a intera-

ção humana.[...] O distanciamento [...] é apenas uma medida do grau até o qual a fricção do espaço foi superada para acomodar a interação social.

2. A apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou outros grupos sociais. A apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social.

3. Domínio e controle do espaço refletem o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle quer sobre a fricção da distância quer sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos e por outros.

4. A produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial etc. são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação. (HARVEY, 2001, p. 202, grifos nossos).

Harvey (2001) também apresenta uma “grade” contendo as práticas espaciais, relacionando-as com as dimensões. Sua elaboração foi feita tendo como inspiração a teoria desenvolvida por Lefebvre em 1974. Dessas combinações, aquelas que mais se destacam para o nosso estudo são as das práticas espaciais materiais, o vivido; as representações do espaço, o percebido; e os espaços de representação, o imaginado; todos relacionados às dimensões da produção, da apropriação e do uso do espaço.

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 2003, p. 27).

O espaço praticado está expresso em vários trechos das histórias contadas. Elas mostram aspectos da prática social que caracterizam a construção do espaço das vilas, como a mudança de estratégia empreendida pelo então recém-eleito presidente da Associação, a fim de garantir a posse da terra e a permanência no local. No trecho que segue, destaca-se a dimensão da apropriação e do uso do espaço.

[...] então o Miguel chamava a Brigada, chamava a polícia, derrubavam as casas, então a gente não tinha nada aqui dentro, aí quando eu assumi a Associação eu disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terra de ninguém. Aí os proprietários vinham aqui ó, vai fazendo aí, foi decretado pela justiça o cancelamento daqueles títulos da Quinta do Portal, foi cancelado pela justiça. Então, aí, na época ainda existia que iam tirar todo mundo aqui de dentro, aí eu assumi a associação, reuni uma assembléia de moradores ali e disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terreno de ninguém, tanto é que a justiça, o juiz da 12ª Vara decretou que todos os proprietários que tivesse seus lotes no caso invadido, que tinham direito a ser ressarcido pelos Chaves Barcellos, então eu assumi. Enquanto não tiver gente morando aqui dentro nós não vamos conseguir nada, muito pelo contrário, acho que vamos acabar tendo que sair. Então eu reuni uma assembléia: - Se vocês tiver familiar com problema de moradia ou se tiver, é só procurar não trazer muito vagabundo e bandido aqui pra dentro, famílias direitinhas, né? Eu sei que de cento e poucas casas passou a 1600 famílias aqui dentro em quatro anos (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Como se vê, a relação existente entre o ser proprietário e o valor atribuído à pessoa e ao lugar está presente, incluindo aí o zelo e o resgate histórico que estaria relacionado à idéia de produção do espaço e também à dimensão relativa ao domínio e controle do espaço a partir das práticas espaciais materiais.

E, mas eu acho que a princípio nós é que devemos decidir o que é melhor. Eu, a princípio, eu sou contra que o Demhab assuma, eu acho que aí nós temos que ter uma outra forma [...] a princípio porque eles já pegaram tudo pronto praticamente, então é, geralmente eles urbanizam áreas e repassam e não é o que tá acontecendo, até porque a gente aqui já trabalhou com valores pra que fosse colocado os postes de luz, enfim, isso aí é uma coisa que a gente vai tê que futuramente, sim, discutir com mais profundidade [...] é importante ter a regularização, é importante que as pessoas também, né? A partir daí passe a valorizar o espaço que tem, né? Eu acho que isso tem muito a ver com a auto-estima das pessoas, também acredito que é por aí, até por questão de se sentir dono, né? Do seu lote, mas também de zelar por, pelas ruas, pela enfim por tudo mexer com a própria auto-estima da cada um porque parece que por enquanto as pessoas não se deram conta ainda, tá muito, não se deram conta da beleza que tem neste local aqui e da história, né? Porque isso aqui foi uma área de propriedade de fazenda, de, que tinha escravos, enfim, então toda uma história aqui que tá se perdendo que aquele espaço onde era a fazenda, onde tinha o cemitério dos escravos (Marcos, morador da vila Quinta do Portal).

Expressando preocupação com o futuro do bairro, no trecho abaixo ele avalia as ações empreendidas por parte do poder público municipal, bem como a responsabilidade da mesma pelos serviços a serem implantados, uma vez que está sendo promovido um adensamento populacional em um bairro que carece de infra-estrutura. Identificamos aí a dimensão do uso do espaço em combinação com o espaço percebido.

Até a gente tá preocupado com uma coisa, nós, uma reunião agora é quarta-feira e o Dmae, o Demhab, tá comprando uma área aqui na 8 pra trazer 150 família da zona sul, tá? Aí a gente se preocupou, né? E o Demhab ficou assim na discussão, eles se faz assim como quem não entendia mas a preocupação nossa é o seguinte: ó, das 150 família nós fizemos as conta, quanto vai dar? 700 pessoas, tá? E aí? E a saúde dessas pessoas quem é que vai tratar? Qual é, quem é que vai dá colégio pra essa criança? [...] então a gente tá preocupado, não contra que o Dmae, o Demhab que vai trazer esse pessoal, né? Mas nós propomos assim, ó: por que é que o Demhab não faz uma discussão junto com a SMAM, juntamente com a saúde, com a SMIC, da dos colégios [...] a SMED, né? Pra cada um assumir uma parte, não fazer como a senhora viu ali, se não fosse nós intervir na 16, na curva ali que entra a direita [...] no Recreio da Divisa, o que é que eles fizeram ali? Tiraram aquele pessoal lá do Cristal, chegaram ali e atiraram ali o pessoal [...] então o que é que a gente quer? A gente quer que se faça a estrutura tudo direitinho, né? E que se traga a SMED, se traga alguém da saúde que se comprometa de trazer alguma coisa, um posto, uma escola, né? Pra esse pessoal (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

O orgulho da experiência e do conhecimento prático do lugar perante técnicos e profissionais de áreas consideradas importantes, estabelecendo uma relação com o lugar, passa a idéia de domínio e controle do espaço.

[...] a Lomba é um complexo, cada comunidade tem a sua maneira e perigo, a Lomba, ela é assim, por natureza ela tem uma disputa tanto política, como social e ambiental também, entendeu? Por que ambiental? Porque o pessoal quer invadir aqui, isso aqui tem espaço vazio aos montes, então o que é que nós temos que fazer, auto controle disso tudo, isso gera um monte de trabalho e de comissões e de pessoas envolvidas, mas são pessoas relacionadas ao conselho, são pessoas relacionadas a participação popular, a participação da comunidade, participação social, tem secretarias que vem pra cá, a UFRGS vem pra cá discutir com nós porque ela sabe que nós, nós, porque eles são graduado sim, porque nós temos a experiência da comunidade de 15 anos, não é? (João, morador da vila Quinta do Portal).

Tratam-se de dinâmicas comuns a espaços periféricos, de estratégias que vão sendo apreendidas. Nas novas razões práticas que os moradores vêem diante de si, os arranjos socioespaciais para o uso, a apropriação e a adequação para a vida são marcantes:

E a gente passou os canos pro lado de cá e cada morador dava uma vara de cano e tinha morador que fez as conta, vem vindo, vem vindo e vai passar na minha frente e eu não vou dá nada porque ia pegar água, né? Aqui, não ia água pra ele, daí a água que passava na frente, má não deu cano não pega água, então nós ficava ali cavando aqueles valetão pra esconder os cano, né? E aquele cano que a gente colocou por baixo do asfalto, a gente furou o cano grossão do lado de lá e por dentro daquele cano, né, aí então a gente colocava os cano aqui e um ficava cuidando, né: óia os hôme, né? Óia os hôme, né? Aí a

gente fechava ali e saía correndo, né? Ó o Dmae! Aí fechava, os cara passavam mas eles já sabiam, né? E aí começou a luta, né? O negócio da água, vinham 2, 3 vezes por semana, as vezes, depois começou a vim duas, começou a vim uma, as vezes vinha um caminhão de 10 em 10 dias, aí tu saía aí correndo com balde, com bacia, com panela, com garrafa ou então as vezes vinham de madrugada, ficava acordado pra pegar aquela água, né? E foi indo e as vezes não vinha nada e nós trancava a rua, que é só uma avenida, né? Trancava rua ali, botava pedra, tábua, pau, poste, tudo, mato, fazia sopa ali, sabe? Sopão assim, aí botava a criançada deitada no chão ali, aí trancava o ônibus, trancava carro, trancava tudo, não passava nada, nada mesmo e aí vinha a Brigada ali, mandava nós tirar, a gente não tirava, aí daqui a pouco alguém se metia e tirava, aí nós já trancava depois de novo e aí foi, foi indo assim (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Ambos os trechos compõem um quadro da dinamicidade com que espaços vão sendo edificados, não só na materialização através das marcas das construções, mas na participação e no significado de sentir-se parte daquela história.

[...] bom, aí assim, a gente conseguiu colocar, abrir as ruas, a área nova que a gente costuma chamar, que é aquela área atrás dessas casas que tu enxerga, aquilo ali era banhado [...] uma área nova que a gente coloca como área nova, aquilo ali tinha açude, tinha um açude enorme e, açude de dá peixe [...] aquilo ali a gente na minha época eu mandei tapar tudo pra fazer área, então ali [...] era uma chácara no total e que na época quem ficou muitos anos ali foi o Charuto, foi muito conhecido na Lomba, né? Tinha os seus defeitos, então ele era muito conhecido, então quando a gente negociou a área e comprou a área [...], eu entrei na justiça contra ele, pra tirar ele e conseguimos, né? Ele foi despejado porque ele tinha um total de toda área, então ele tinha que entregar no momento de venda ele entregava e ele não quis, que ele tinha um comodato, o comodato morreria no momento de venda, ele se negou, aí a gente entrou na justiça e tirou ele aí tiramos, tinha uma plantação muito grande de aipim, era uma chácara [...] aí ele se negou de sair porque ele tinha um comodato, dava segurança e depois ele tinha 17 anos ali, né? Então ele se achava, mas daí a gente tirou, daí sobrou todo o espaço, era uma chácara grande [...] deu em torno de 30 e poucos terrenos de 10x27, grande, foi, aí a gente pegou, aí a gente teve que fechar o açude porque era um açude grande, fechamos pra montar aquele terreno da área nova, bom, daí pra cá se foi fazendo, colocando luz, colocando água, agora só tá o esgoto que já se conseguiu uma boa parte no orçamento, só que aí 2 anos atrás, eu fiquei 6 anos e entreguei, aí entrou a Jussara com o grupo dela, mas elas praticamente pegaram tudo pronto. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Quanto às identidades, podemos estabelecer três canais identitários: o individual – presente nos relatos que, marcadamente, enfatizam o eu, com as vivências específicas, o *habitus*, os vínculos criados com o lugar, a maneira de ver o mundo, de relacionar-se e de solucionar os problemas do lugar, assim como as aprendizagens realizadas ao longo do processo, contadas de maneira

a diferenciar-se dos demais; o de grupo – mencionado por aqueles que participam de ações coletivas significativas, comungando idéias quanto aos encaminhamentos a serem dados para solucionar problemas, e valorizam a força do grupo; o de morador da vila – de acordo com a origem, a imagem construída e a infra-estrutura existente em relação às outras vilas.

A identidade está em constante construção e depende das relações estabelecidas com o grupo e com o lugar. Também as condições socioeconômicas e a localização da casa dentro da vila geram diferentes agrupamentos identitários que apartam e dificultam processos que necessitam da participação coletiva. A participação na AM e nas reuniões do OP representam importantes canais de aprendizagem quanto à gestão da cidade e ao exercício da cidadania, cujos encaminhamentos cotidianos podem reforçar as diferenças ou criar novas possibilidades de reconhecimento, de união e de ação coletiva.

PARTICIPAÇÃO

A participação é um termo utilizado por um amplo leque de segmentos sociais com os mais diversos propósitos e com os mais variados níveis de aplicação como, por exemplo, em políticas públicas. Embora iniciativas como a do OP possam ser um início significativo, estão longe de ser observados comportamentos participativos verdadeiramente incorporados às práticas socioespaciais, que demonstrem o envolvimento e a aprendizagem dos moradores comuns das vilas, no sentido de ser um *habitus*.

O OP é visto como um avanço na relação entre os moradores de vilas e o poder público, sendo fruto da pressão dos movimentos sociais urbanos representados, especialmente, pelas reivindicações dos moradores dos loteamentos clandestinos e irregulares e das ocupações, rompendo com o clientelismo característico no trato entre os políticos e os moradores de vilas periféricas para a obtenção de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

A história do OP, de sua gênese até o momento em que o modelo é consolidado, ao longo da 1ª gestão da Frente Popular (1989–1992), é relatada detalhadamente por Fedozzi (2000, p. 14), que afirma:

Longe de um cenário pré-determinado pela vitória das forças políticas de esquerda e seu discurso participacionista, a democratização do orçamento participativo de Porto Alegre é resultante de uma trajetória sócio-política, cuja reconstrução foi sinuosa, inusitada e complexa.

O ponto de partida é o cenário político do final da década de 70 e as expectativas e práticas dos novos atores populares*, baseadas no associativismo comunitário e marcadas por uma política reivindicativa que pressiona o Estado e vislumbra a aproximação dos canais de decisão diante da retomada da democracia e do primeiro governo eleito. A política habitacional também é destacada, já que os atores populares que se articulam são aqueles que estão em situação irregular e/ou carecem de infra-estrutura urbana. Os conflitos e a inércia no processo de elaboração, aprovação e regulamentação dos Conselhos Populares, ainda na gestão do prefeito Alceu Collares (PDT), fazem com que os novos atores populares direcionem as expectativas por mudança para o primeiro governo da Frente Popular (PT e PCB)**.

A construção do instrumento de gestão democrática, a crise de governabilidade enfrentada no início da gestão da Frente Popular, decorrente, em parte, do divórcio entre as obras demandadas e os recursos disponíveis, o longo processo de ajuste financeiro, de reaproximação com as comunidades, no sentido de realimentar a credibilidade por parte das comunidades no método adotado e a efetivação da experiência são detalhados por Fedozzi, que também aponta os limites do orçamento público na reversão das desigualdades.

[...] cabe ressaltar que, se o processo de *inversão de prioridades* ganhou efetividade através do OP, na medida em que a inclusão das camadas populares nas decisões locais possibilitou o estabelecimento de um processo de contra-tendências à *espoliação urbana*, a experiência de Porto Alegre parece demonstrar que a participação limitada aos marcos do orçamento público não é suficiente para o enfrentamento das desigualdades urbanas (FEDOZZI, 2000, p. 183, grifos do autor).

É importante destacar também que a freqüência dos moradores no OP é anual, ocorrendo um longo distanciamento de tempo entre a conquista dos recursos e o tempo da obra; da mesma maneira, se os representantes do local, por diferentes motivos, não freqüentarem as reuniões, a rede de informações se precariza e o entusiasmo pode se transformar em descrença.

* Fedozzi (op.cit.) considera-os como “novos atores populares” devido às práticas empreendidas em relação ao Estado, no sentido do exercício da cidadania, rompendo com as velhas práticas paternalistas.

** PDT: Partido Democrático Trabalhista; PT: Partido dos Trabalhadores; PCB: Partido Comunista Brasileiro.

O OP promove a aproximação entre o discurso técnico e o discurso do viver, entre o conhecimento, muitas vezes teórico da cidade, e as vivências na carência, as estratégias de sobrevivência. É um espaço público que se caracteriza, a nosso ver, com o que Gomes (2002) considera um desafio frente a uma realidade que o vai paralisando diante da ação demagógica dos governantes, de uma mídia criticamente dócil e da passividade da “massa”, enfim, um espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundada como um espaço da política.

Um outro enfoque que consideramos muito importante no estudo da participação é o apresentado por Kunrath Silva (2001)* que alerta para a tendência de desvalorização e secundarização da sociedade civil em muitas análises sobre os processos contemporâneos de participação social na gestão pública, reduzindo-os a exercícios ou experiências de inovação institucional. Ele aponta para a necessidade de se complexificar as análises, introduzindo a dimensão da ação coletiva** e da sua construção social como fator constituinte dos processos participativos. De fato, no caso do OP, um intenso debate foi travado entre os atores sociais, e em nada se aproxima da imagem de um tipo de receita pronta e acabada, feita pelos técnicos da Prefeitura e apresentada à sociedade.

Os processos como a “participação popular” são condicionados, segundo Kunrath Silva (2001, p. 301), por um lado, pela trajetória histórica que determina características econômicas, urbanas, políticas, associativistas e culturais específicas que estruturam o campo de possibilidades e limites objetivamente dado à sua construção; e, por outro, pelos agentes sociais e governamentais que atuam na busca da participação, estando o êxito, em parte, na forma como eles desempenham sua ação organizativa e mobilizadora, também condicionada objetivamente pelas características histórico-estruturais.

* A tese de doutorado a “Construção da participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS”, de Marcelo Kunrath Silva, investiga quais são os fatores explicativos da atuação coletiva de segmentos da sociedade civil em canais de participação direta na gestão pública nos municípios de Gravataí, Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

** “A ação coletiva é vista como o resultado de processos complexos em que a intencionalidade e condicionamentos, tanto no sentido de possibilidades como obstáculos, que se articulam de forma variável de acordo com cada situação empírica particular” (KUNRATH SILVA, 2001, p. 27).

É uma rede complexa de relações que se estabelece entre cada um dos grupos e os representantes governamentais, permeada por características que podem ou não resultar em uma maior mobilização. Nesse sentido, situamos as vilas pesquisadas, os grupos de moradores envolvidos na construção de identidades individuais e coletivas naquele lugar, baseadas em heranças culturais, diferenciações econômicas, mesmo que pequenas, e que respondem de forma heterogênea à estrutura participativa.

Portanto, a interpretação de como se processa a participação popular em cada uma das vilas aponta para a retomada de aspectos como: a história de formação; as relações estabelecidas entre os moradores, seus representantes e os representantes governamentais; as opiniões e os valores atribuídos pelas lideranças – por exemplo, ao OP – vão influenciar nas determinações e ações empreendidas em cada uma das vilas.

Encontram-se situações que têm fragilizado os laços de confiança de moradores das vilas pesquisadas com relação ao mecanismo de gestão democrática existente em Porto Alegre. Retomamos aqueles que consideramos como os principais obstáculos:

- o descompasso entre a obtenção do recurso e sua aplicação;
- a inexistência de canais de comunicação mais fáceis de serem acessados, relativos a um cronograma das obras, aumentando a distância entre o morador comum e os planos da Prefeitura;
- a leitura que é feita pelas lideranças, já que são elas que fazem a “tradução” do significado de propostas como o OP, disputas pessoais pela liderança e a opção político-partidária podem, pelo que foi visto, configurar-se em uma série de impedimentos à presença dos moradores nas reuniões e ao cumprimento das etapas previstas para que o processo de participação tenha êxito.

Foi observada, nas três vilas, uma concentração de postos representativos, pois aqueles que estão na AM ou na Cooperativa Habitacional também representam os moradores em outros fóruns: COMATHAB, saúde, instâncias do OP, grupo do Plano Diretor, no Grupo de Planejamento Local (GPL), relacionado ao Projeto “Lomba do Futuro”, entre outros.

Quanto ao comportamento das lideranças, destacamos:

- quando a pessoa tem uma renda maior que a da média dos moradores e habilidade em conseguir doações, realiza ações beneficentes, vê a associação como um local de encontro e de assistência, ajuda na promoção de bailes e festas, even-

Quadro 01. síntese: participação

	VILA RECREIO DA DIVISA	VILA ELO DOURADO	VILA QUINTA DO PORTAL
Frequência na Associação de Moradores	22,2% não frequentam; 23,9% frequentam; 52,2% fazem algum tipo de referência afirmativa.	30,0% não frequentam; 24,5% frequentam; 38,1% fazem algum tipo de referência afirmativa.	19,8% não frequentam; 23,0% frequentam; 57% fazem algum tipo de referência afirmativa.
Frequência no Orçamento Participativo	50,4% já foram; 48,7% nunca foram.	38,9% já foram; 58,4% nunca foram.	36,5% já foram; 62,6% nunca foram.
Observações quanto às motivações da participação	Interesse pelo povo e principalmente o desejo de melhorias no ambiente, que a vila “cresça”.	Trabalhar em prol de melhorias para a vila, mas também interesses pessoais foram mencionados.	Ser um dom, um prazer pessoal, dispôr de tempo, desejo de promover melhorias na vila, ter instrução e, portanto, um maior entendimento na busca de soluções.
Conquistas através do OP	Para 2000 – DEMHAB – levantamento topográfico cadastral da vila. R\$ 17.857,00. Para 2001 – DEMHAB – urbanização da vila até o limite do valor proposto, R\$ 275.478,00	Para 2002 – DMAE - rede de esgoto cloacal (1000m Rua Airton Senna) R\$ 150.000,00. Para 2003 – DMAE - coletor cloacal de fundo de lote (150m) R\$ 19.500,00; rede de esgoto (100m Rua Eucalipto) R\$ 13.000,00; rede de esgoto (200m Rua do Agrião) R\$ 26.000,00.	Para 2001 – DMAE - 1ª etapa da rede de esgoto cloacal, 2750m, R\$ 330.000,00. Para 2003 – DMAE - 2ª etapa da rede de esgoto, 1200m, R\$ 144.000,00. DEMHAB – Levantamento topográfico cadastral e pesquisa cartorial, R\$ 60.000,00.
Por que estão desmobilizados?	As obras de urbanização não foram iniciadas; após 4 anos de reuniões com representantes da Prefeitura, os recursos obtidos no OP para o início das obras não foram aplicados.	As modificações nas regras para a participação das cooperativas habitacionais no OP geraram conflitos com a CAR e desarticulação dos dirigentes da Cooperativa.	Disputa para a direção da Associação de Moradores, processo acirrado e conturbado acompanhado da mudança no estilo de conduzir o espaço da AM, gera o esvaziamento e a dificuldade de chamamento dos moradores.

Fonte: Dados da pesquisa de campo e dos Planos de Investimentos e Serviços do OP.

tos que têm um efeito aglutinador, bastante positivos para a aproximação entre os moradores, podendo ser um passo inicial na construção da participação;

- quando a liderança “aprende” a linguagem das secretarias municipais ou cria intimidade com os secretários, a ponto de ligar diretamente para sua casa quando há algum problema na iluminação, no abastecimento de água etc., sente-se valorizada e prestigiada, parecendo gostar mais das reuniões com os técnicos do que de conviver com os moradores;

- quando aprendem os caminhos e ações em benefício da coletividade, alguns líderes sentem ciúmes de outros que, eventualmente, têm mais empatia com os moradores ou agem de maneira diferente; tentam esvaziar ações nas quais não tiveram participação direta, ou agem sozinhos, indo buscar os meios para resolver problemas que os afligem.

CONCLUSÃO

Cada realidade reúne elementos bastante diversificados que, ao longo de suas histórias, do que foi vivenciado, da apropriação do espaço, das resoluções, do reconhecimento daquilo que é necessário para, enfim, criar raízes, varia profundamente de vila para vila.

A condução da vida está imersa num jogo representado por um dia-a-dia pleno de carências materiais e infra-estruturais, de temores como a proximidade de atos violentos, de desconhecimento sobre muitas das etapas legais no processo de regularização da propriedade, de incertezas quanto à condição de proprietário, de especulações e preconceitos embalados pelos sentimentos de inveja, vaidade, ciúme e egoísmo* presentes no convívio diário, alimentados ou não por aqueles que são vistos como uma liderança daquele lugar.

Consideramos que há duas questões de extrema importância resultantes deste estudo: de um lado, a construção de identidades que se manifestam através da existência de códigos e histórias comuns que unem uns e fazem separar outros, criando-se fronteiras imaginárias intransponíveis que não aparecem nos mapas,

* Heller, na obra “Sociología de la vida cotidiana” (1991, p. 41), ao investigar as motivações particulares, pondera que: “[t]odos mis sentimientos guardan alguna *relación* com mi punto de vista particular como hecho motivante; [...] Los sentimientos puramente particulares son muy pocos. En primerísimo lugar se encuentra la envidia, la vanidad y la vileza; más bien en segundo plano se encuentran los celos y el egoísmo” (grifo do autor).

mas existem no dia-a-dia, dificultando o diálogo e impedindo as ações; do outro lado, a relação com o poder público municipal, especialmente diante de uma proposta gerada numa rede de ação tecida entre o Estado e os agentes sociais excluídos. Tal relação com o governo local e seu discurso técnico-político está presente no dia-a-dia das vilas, cooptando algumas lideranças, fazendo com que os representantes dos moradores assumam a fala social, afastando-os do grupo que representam ou, ao contrário, afastando-os do discurso técnico quando, descrentes, percebem ou desconfiam do uso político que pode ser feito daquela vida de carências.

A segregação socioespacial se dá de diversas maneiras, varia de uma vila para outra e atinge os moradores com diferentes formas de carências infra-estruturais e de equipamentos, que dificultam o acesso e a proximidade ao atendimento de saúde, à continuidade dos estudos, ao transporte coletivo, ao lazer gratuito, ao serviço de creche etc. Ela se aprofunda, à medida que pioram as condições econômicas, sendo imposta ainda pelos grupos ligados ao narcotráfico, que limitam horários e percursos dentro das vilas, mas pode ser referida também às identidades construídas dentro de uma mesma vila.

As dificuldades advindas do viver na periferia desafiam os moradores na busca por soluções. Quando vencem, se destacam a criatividade, as experiências e a motivação encontradas na formação de um grupo que elege as ações coletivas.

As práticas socioespaciais são constantes nos espaços da periferia, os arranjos são construídos e é defendida aquela territorialização, resistindo em um dia-a-dia que pede novas aprendizagens relacionadas ao diálogo com os representantes do poder público, ao entendimento do funcionamento do OP e à importância do Plano Diretor.

As ações coletivas não são uma constante, mas as solicitações feitas por outros agentes modeladores que signifiquem a ameaça de perda daquele espaço, possível propriedade particular, (re)articulam o grupo e fazem superar as “diferenças” nutridas pelas identidades. É nessa constante dinâmica que se constroem as vilas periféricas.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1987.

- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P. 84-91.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 11-30, jan./jun., 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajéorias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, P. 65-83, jul./dez., 2000.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- _____. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2003.
- KUNRATH SILVA, Marcelo. *Construção da “participação popular”*: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios de Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. 2001. 345 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2001. P. 433-443.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio José. *Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DEMHIAB, 2000.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1991*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1992.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1993*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1994.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1994*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1995.

- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1995*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1996.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1996*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1997.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1997*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1998.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1998*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1999.
- _____. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. *Quem é o público do Orçamento Participativo?* 1998. Porto Alegre: PMPA, 1999a.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1999*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2000.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Memória dos Bairros: Lomba do Pinheiro*. Porto Alegre: PMPA, 2000a.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2000*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2001.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2001*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2002.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2002*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2003.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro*. Porto Alegre: PMPA, 2003a.
- _____. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. *Quem é o público do Orçamento Participativo?* 2002. Porto Alegre: PMPA, 2003b.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2003*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: *Território, territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002. P. 107-125.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Recebido em: 11/11/2007

Aceito em: 05/04/2008